

Jardim Escola João de Deus – Entroncamento

Projeto Educativo



Ano Letivo 2018/2021



Índice

1.	Introdução	2
2.	Caraterização do Entroncamento	4
3.	Identificação da Instituição	8
3.1.	Método de Leitura e Escrita de João de Deus	11
3.2.	A Cartilha Maternal	12
4.	Caraterização da Instituição	14
4.1.	Organização do espaço físico	14
4.2.	Recursos Humanos	16
4.3.	Horário de atendimento aos Encarregados de Educação	17
4.4.	Horário do Jardim-Escola	17
5.	Tema global do projeto educativo	18
6.	Plano Anual de Atividades	20
7.	Parcerias e recursos da comunidade	21
7.1.	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)	21
7.1.1.	Processo de identificação das necessidades (EMAEI)	21
7.2.	Centro de Apoio e Intervenção no Desenvolvimento Infantil (CAIDI)	22
7.2.1.	Processo de identificação das necessidades (CAIDI)	22
8.	Conclusão	23



1. Introdução

O Projeto Educativo de Escola é um “Documento pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade própria de cada escola através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresenta o modelo geral de organização e os objetivos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência e unidade da ação educativa.”

COSTA, Jorge (1991). *Gestão escolar – participação, autonomia, projeto educativo de escola*.

Lisboa: Texto Editora.

Para além disso, “foca o desenvolvimento da organização escolar no seu conjunto (...). É relativo ao seu governo e organização, expressando a sua identidade como instituição, as finalidades que a norteiam, as metas que escolheu e os meios que se propõe pôr em prática para as atingir.”

CANÁRIO, Maria Beatriz (1999). *Construir o projeto educativo local: relato de uma experiência*.

Cadernos de organização e gestão escolar. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Assim, um Projeto Educativo é um documento de orientação pedagógica que, não podendo contrariar a legislação vigente, explicita os princípios, os valores, as metas as estratégias através das quais a escola propõe realizar a sua função educativa.

O Projeto Educativo é o documento que segundo o Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio no artigo 3º, nº 2, alínea a), consagra a orientação Educativa da escola.

Como **objetivos gerais** o Projeto Educativo tem a atingir junto das crianças, de forma a desenvolver nelas atitudes de respeito mútuo e de normas de convivência que contribuam para a sua formação como cidadãos livres, responsáveis e solidários:

- Dar oportunidades a todas as crianças de terem uma educação e uma evolução das suas vocações e atitudes de autoestima, favorecendo o seu processo de socialização e personalização, para serem capazes de atuar criativa e criticamente no meio social em que estão inseridas;

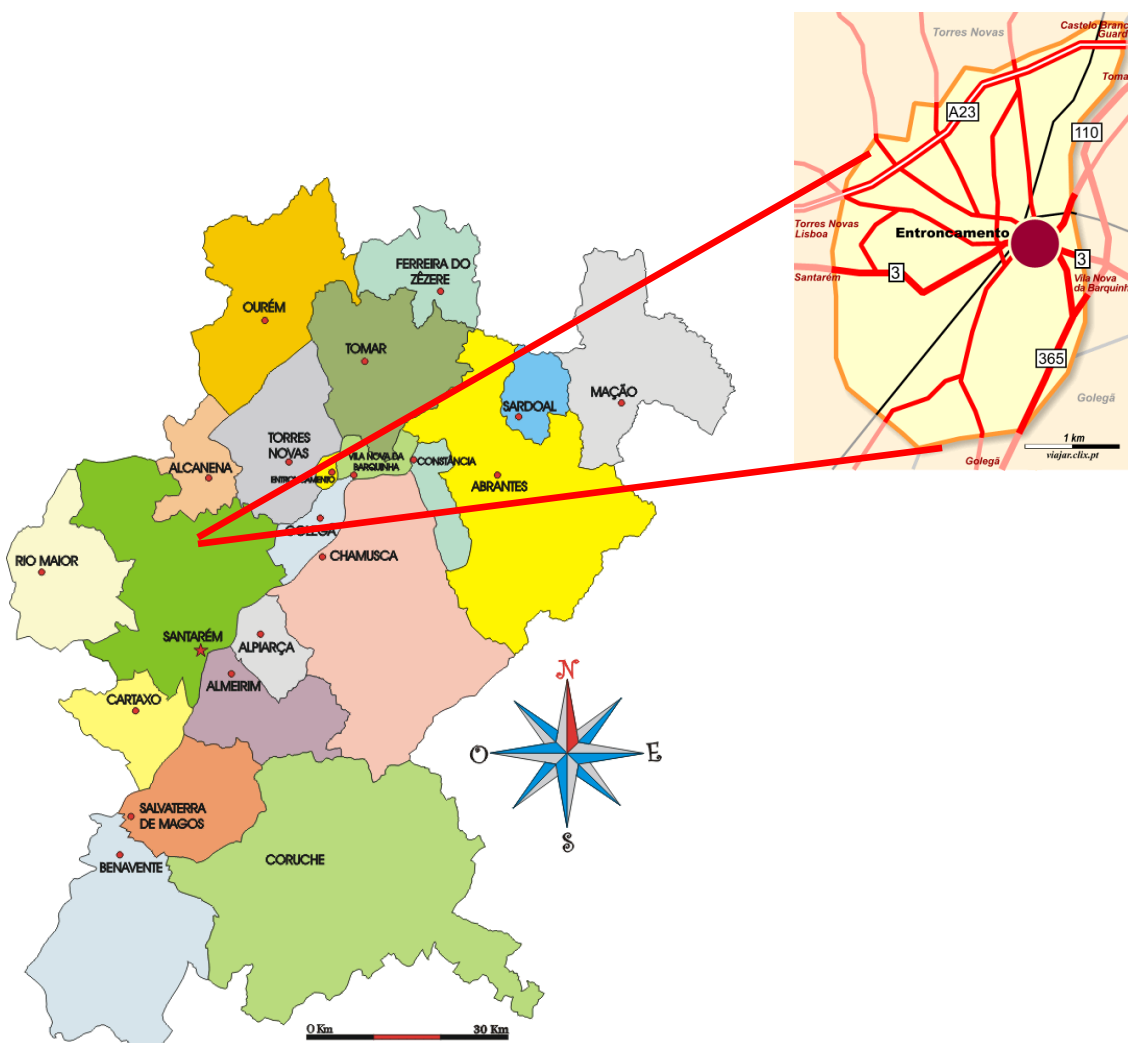


- Favorecer o desenvolvimento da escola criando condições que rentabilizem os recursos disponíveis para um trabalho articulado e integrado.
- Desenvolver a capacidade de intervenção da escola na comunidade. Conhecer a Comunidade escolar nos seus aspetos socioeconómicos, patrimonial, cultural, ecológico, etc.
- Propiciar condições para a comunicação e pesquisa de informação, contrapondo valores e contribuindo para uma formação pessoal e social plena do aluno.
- Criar condições para que a criança possa sentir satisfação e felicidade numa escola viva e ativa.

A nossa Instituição tem-se seguido por princípios e valores fundamentais assentes em pilares educacionais que promovam o sucesso escolar, tendo por base a escola como espaço educativo e cultural.

2. Caracterização do Entroncamento

Entroncamento é uma cidade com 13,8 quilómetros quadrados e 18.174 habitantes (Censos 2001). Localiza-se no Vale do Tejo e pertence à Região Centro, sub-região do Médio Tejo. Situado no centro do Ribatejo, beneficia da sua inserção geoestratégica na região do Vale do Tejo e de boas acessibilidades ferroviárias e rodoviárias. Tem duas freguesias, uma de cada lado da linha férrea que atravessa o concelho. Confina com o concelho da Golegã a sul, com o de Torres Novas a poente e a norte, e com o concelho de Vila Nova da Barquinha a nascente.



Nasceu em meados do séc. XIX, com o início da construção ferroviária, que começou por ser uma simples estação de caminhos-de-ferro. Por perto existiam dois lugarejos de poucos habitantes (o Casal das Vaginhas e o Casal das Gouveias), onde se vieram estabelecer os primeiros trabalhadores. Os técnicos eram, na sua maior parte, estrangeiros, a mão de obra



veio, numa primeira fase, de diversos pontos do país, depois acentuou-se o afluxo de trabalhadores vindos da Beira Baixa e Alentejo.

O nome da cidade deriva do entroncamento ferroviário que aqui se formou, com a junção das Linhas do Norte e do Leste, em 1864. Charneira das ligações com o Leste e Beira Baixa, a estação do Entroncamento foi, durante décadas, ponto de paragem obrigatória para quem mudava da linha do Norte para a do Leste e vice-versa, quando o comboio era o meio de transporte mais utilizado. Nesse tempo, muitos viajantes ilustres vindos da Europa pela Linha do Leste, ou fazendo o percurso inverso, almoçaram ou jantaram no restaurante da estação.



Embora pequena, a povoação nascente pertencia a duas freguesias e a dois concelhos, porque a via-férrea assim determinara: a poente das linhas, situava-se na freguesia de Santiago, concelho de Torres Novas, a nascente da via, o território pertencia à freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Atalaia, concelho de Vila Nova da Barquinha.

A pequena aldeia foi crescendo, devido ao desenvolvimento dos transportes ferroviários e às respetivas estruturas de apoio aqui construídas – oficinas e escritórios. A instalação de quartelamentos militares, a partir de 1916, determinada pela situação geográfica e as acessibilidades ferroviárias, aumentou ainda mais a importância estratégica deste lugar em pleno desenvolvimento e, conseqüentemente, aumentou também a população. Aos ferroviários vieram juntar-se os militares e respetivas famílias.

Em 25 de Agosto de 1926 a povoação foi elevada a freguesia, em 1932 a vila e em 24 de novembro de 1945 foi promovida a concelho. Aos 20 dias do mês de junho de 1991 o Entroncamento é elevado a cidade. Entre estas datas, o percurso foi de emancipação progressiva dos concelhos a que tinha pertencido, libertando-se, em primeiro lugar, de Torres Novas e depois da Barquinha. Ser, no mesmo século, aldeia, vila e cidade talvez seja um destino pouco comum na história das terras portuguesas.



Do pequeno núcleo de operários e respetivas famílias que povoaram esta terra no final do século passado, chegou-se aos anos trinta com mais de 3.000 habitantes, em 1945 eram já 8.000 e esta progressão foi continuando ao longo do tempo. Em março de 2005, estima-se a população atual em cerca de 18.780 residentes. O aumento populacional e a expansão contínua da área habitada justificaram que, em 2003, fosse criada uma segunda freguesia. Voltou-se, assim, à situação inicial: uma freguesia a poente da via-férrea (Nossa Senhora de Fátima), a outra a nascente (São João Baptista), mas as duas pertencendo agora ao concelho do Entroncamento.

O número estimado para a população atual (18.780) não contempla os residentes recenseados noutras localidades nem a população flutuante, dependente de trabalhos temporários. Efetivamente, é tido como certo que o Entroncamento tem mais de 20.000 habitantes.

Nos anos quarenta do século XX, o Entroncamento era, depois do Barreiro, o segundo meio operário do país, representando o operariado mais de metade da sua população. A CP favorecera a povoação de uma série de estruturas de apoio social, de uma dimensão talvez única a nível nacional, criando bairros para os empregados, uma escola, um armazém de víveres, um dispensário antituberculoso que funcionava como um centro de saúde, e ainda fomentava atividades desportivas. Paralelamente, com a evolução das tecnologias e o desenvolvimento das atividades ferroviárias, ia expandindo a área oficial e reforçando a formação de pessoal, que teve o seu ponto alto na criação de um centro de formação, hoje designado por FERNAVE, um enorme edifício criado de raiz para estas funções, e que albergou o Instituto Superior de Transportes.

A partir dos anos setenta, devido a alterações conjunturais ditadas pela história e pelo passar do tempo, esta situação inverteu-se. Com a gradual substituição da tração a vapor pelo equipamento diesel e elétrico e a introdução de novas tecnologias, assistiu-se à diminuição da mão de obra e à implementação de novas profissões, surgiram outros centros de interesse e de atividade profissional. Hoje, o Entroncamento ainda tem muitos residentes ligados profissionalmente aos caminhos de ferro, mas sem a dimensão do passado. As principais atividades do concelho são agora o comércio e serviços, e indústrias ligadas à construção civil. Dados recentes, do INE, sobre o poder de compra concelhio em 2004, apresentam o Entroncamento como o concelho que evidencia maior poder de compra no distrito de Santarém.

Neste novo quadro social e económico, a matriz primeira do Entroncamento não está esquecida. Consciente das suas raízes e da importância do seu complexo ferroviário na história dos caminhos de ferro portugueses, a 24 de Novembro de 2004, data de aniversário da fundação do concelho, a cidade acolheu com entusiasmo e expectativa a apresentação da proposta



preliminar de ordenamento do Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado e da Fundação que o vai gerir, sua legítima aspiração desde os anos setenta do século passado.

O Entroncamento possui:

- 1 Piscina Municipal coberta
- 3 Campos de Futebol
- 1 Court de Ténis
- 1 Pavilhão Gimnodesportivo
- 1 Parque Multiusos
- 5 Clubes desportivos
- 1 Jardim/parque de merendas (Bonito)
- 4 Jardins-de-infância da rede pública
- 1 Centro Social Paroquial e Social com Valências de Creche, Jardim-de-infância, 1º

Ciclo do ensino básico (Rumo ao Futuro)

- 1 Jardim-de-infância (João de Deus)
- 3 Escolas Públicas do 1º Ciclo de Ensino Básico
- 1 Escola Particular (Os Navegantes)
- 1 Escola Profissional
- 1 Escola Preparatória 2º e 3º Ciclo
- 1 Instituto de Línguas Estrangeiras
- 1 Escola Secundária
- 1 Hospital da Santa Casa da Misericórdia
- 1 Centro de Saúde
- 3 Lares de Seniores
- 3 Espaços Verdes de Lazer
- 1 Museu Ferroviário
- 1 Tribunal
- 1 Mercado Municipal
- 1 Feira Semanal
- 1 Quartel de Bombeiros
- 1 Centro de Dia
- 1 Estação de Comboios
- 1 Quartel Militar
- 1 Esquadra de Polícia de Segurança Pública



3. Identificação da Instituição

Fundada pelo mecenas Casimiro Freire, em 1882, sob o nome Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social - IPSS, dedicada à Educação e à Cultura.

A Associação de Jardins-Escolas João de Deus tem 8268 utentes nos 55 Centros Educativos distribuídos pelo país, cuja atividade se reparte por: 37 Jardins-Escolas, 7 Centros Infantis e Creche Familiar, 2 Ludotecas Itinerantes, 2 Museus, a Escola Superior de Educação João de Deus, os Projetos "Anos Ki Ta Manda" e GIP (Gabinete de Inserção Profissional) e o Centro de Acolhimento Temporário de Crianças e Jovens em Risco de Odivelas «Casa Rainha Santa Isabel».

Tem ao seu serviço 1261 funcionários, entre educadores, professores, auxiliares de educação e outros colaboradores. (dados de 2013)

A Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, fundada pelo mecenas Casimiro Freire, em 1882 (quando 80% da população portuguesa era iletrada), alfabetizou, desde a sua fundação até 1920, vinte e oito mil adultos e crianças. Acompanharam-no nessa iniciativa destacadas personalidades, como João de Barros, Bernardino Machado, Jaime Magalhães Lima, Francisco Teixeira de Queiroz, Ana de Castro Osório, Homem Cristo, entre outros. Jaime Cortesão escrevia: "O culto de João de Deus, esse, é mais íntimo, mas não menos fecundo. Em volta do nome do grande Lírico, autor da Cartilha Maternal, juntaram-se muitos professores, intelectuais, artistas e construtores que lançam os verdadeiros alicerces da Pátria".

Em 1908, por proposta de João de Deus Ramos, filho do Poeta-Educador, passou a designar-se "Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas".

Sentindo a necessidade de dar carácter mais amplo e perdurável à obra de instrução levada a cabo, João de Deus Ramos funda em Coimbra, corria o ano de 1911, o primeiro Jardim-Escola João de Deus. E esse exemplo frutificou. Até 1953, data do seu falecimento, João de Deus Ramos criou 11 Jardins-Escolas.

Em 1917, foi inaugurado o Museu João de Deus, projeto de Escola-Monumento (da autoria de Raul Lino e hoje classificado património de interesse municipal), ao qual se associaram numerosos intelectuais e artistas, entre os quais João de Barros e Afonso Lopes Vieira.



A partir de 1920, a Associação de Jardins-Escolas João de Deus enriqueceu o número de alfabetizados pelo Método João de Deus com mais cento e trinta e cinco mil seiscentas e quarenta crianças. Nesse ano, em 1920 iniciou-se o primeiro e durante largas décadas o único, curso de formação de Educadores de Infância em Portugal. Este curso tinha a designação de Curso de Didática Pré-Primária pelo Método João de Deus. Vinte anos depois, começa a funcionar um Curso de Auxiliares de Educação Infantil (que viria a ser extinto em 1980), no intuito de evitar que as crianças estivessem entregues a vigilantes sem preparação especializada.

Exemplo de respeito pela obra desta Instituição (hoje Instituição Particular de Solidariedade Social - IPSS e anteriormente qualificada Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Administrativa), dedicada à Educação e à Cultura, é, sem sombra de dúvida, a atitude de um dos principais apóstolos do salazarismo, o ministro Carneiro Pacheco, que, em 1936, decretou o encerramento das escolas do Magistério Primário, mas não se atreveu, dado o peso e o reconhecimento públicos desta Instituição, a encerrá-la, reconhecendo, por Decreto-Lei de 15 de Agosto de 1936, "... o respeitoso projeto de responsabilidade e honestidade dessa instituição".

Foi este o reconhecimento público do trabalho de João de Deus Ramos, que de si próprio dizia ironicamente: Depois de João Sem-Medo e de João Sem-Terra, eis aqui o João Sem-Nome. Era nesta modéstia, que se revia o pedagogo que já à época defendia: "É preciso que o povo saiba ler e escrever, é preciso motivar os políticos para a execução desses princípios". Eleito deputado por duas vezes (em 1913 e 1915), João de Deus Ramos exerceu ainda os cargos de Governador Civil, de Ministro da Instrução Pública (1920) e de Ministro do Trabalho (1925).

A criação, por diploma legal de 9 de Novembro de 1988, da Escola Superior de Educação João de Deus, ministrando os cursos de Educadores de Infância e de Professores do Ensino Básico - 1.º Ciclo, representou novo ponto alto no historial da Instituição.

Em setembro de 2013 entrou em funcionamento o Jardim Escola João de Deus de Odivelas (valência de Creche, Pré-escolar, 1.º e 2.º Ciclo).

A Associação de Jardins-Escolas João de Deus conta atualmente com 40 Jardins-Escola em atividade no território nacional.



- (1) Jardim-Escola e Centro Infantil
- (2) JEJD Coimbra 1.º e 2.º, Centro Infantil de Coimbra
- (3) JEJD Figueira da Foz 1.º e 2.º
- (4) Jardim-Escola, Centro de 2.º Ciclo, Centro Infantil
- (5) JEJD Tomar 1.º e 2.º
- (6) Jardim-Escola, Centro de 2.º Ciclo
- (7) "A Nos Ki Ta Manda", Ludotecas João de Deus I e II
- (8) JEJD Alvalade, JEJD Estrela, JEJD Olivais, Centro Infantil 1 e 2, Ludoteca João de Deus I e II
Sede da Associação de JEJD, Museu João de Deus, Casa Museu João de Deus, ESE João de Deus
- (9) JEJD em fase de projeto
- (10) Centro de Acolhimento Temporário Casa Rainha Santa Isabel, JEJD Odiveelas

A história dos Jardins-Escola João de Deus tem origem na constituição da Associação de Escola Móveis pelo Método de João de Deus, fundada a 18 de Maio de 1882, por iniciativa de Casimiro Freire, secundado por algumas personalidades destacadas do seu tempo, de que destacamos Bernardino Machado, Jaime Magalhães Lima, Francisco Teixeira de Queiroz, Ana de Castro Osório e Homem Cristo, entre outros.

Os objetivos desta associação, plasmados na escritura, eram os de "(...) ensinar a ler, escrever e contar, pelo método de admirável rapidez do Sr. Dr. João de Deus, os indivíduos que o solicitarem, até onde permitam os seus meios económicos, enviando nesse intuito às diversas formações da Nação portuguesa professores devidamente habilitados não se envolvendo em assuntos políticos ou quaisquer outros alheios ao seu fim (...)". De 1882 a 1920, realizam-se 479 missões de alfabetização, tendo aprendido a ler e a escrever, e bem assim a realizar as quatro operações aritméticas, 28 656 pessoas.



3.1. Método de Leitura e Escrita de João de Deus

Sendo que o homem não chega espontaneamente a descobrir a estrutura fonética da língua, alguns autores defendem atualmente que o sucesso do ensino da leitura no ensino alfabético reside, exatamente em ajudar criança a captar a existência dos fonemas, que são as unidades mínimas e abstraias da língua (Clement 1987).

João de Deus já tinha interiorizado no seu método estas noções agora preconizadas. Vejamos o que ele diz na 3a lição da Cartilha Maternal, e no seu guia prático: "temos achado útil cobrir e descobrir alternativamente o v, nas palavras vai, via, etc., fazendo ler ora ai, ora vai, ... a fim de certificar o principiante do papel que o v representa na escrita..."

Outro aspeto que marca a atualidade do método são as recomendações que faz aos professores, para que ajudem as crianças a sentir o funcionamento dos seus órgãos fonadores para melhor entenderem a imagem sonora e para uma melhor consciencialização da noção de fonema e da sequência de sons nas palavras. A respeito do 1, por exemplo, João de Deus diz que "uma indicação podeis fazer muito clara e profícua, ao vosso aluno, e é que deixe a língua pegada ao céu da boca. Por um dos muitos mistérios da palavra, assim se profere elegantemente o l final, ou posterior à voz".

O Método João de Deus segue uma via completamente original, quando apresenta as dificuldades da língua de uma forma gradual, numa progressão pedagógica que constitui um verdadeiro estudo da língua portuguesa. Assim verificamos que desde a primeira lição a criança é convidada e estimulada a ser "analista da linguagem", isto porque desde a primeira lição a criança tem um papel ativo na descoberta de que a posição da letra na palavra determina o seu valor sonoro.

A criança é levada a entrar num jogo, do qual vai aprendendo regras e vai evoluindo de uma forma construtiva. O processo inicia-se com a visão das letras, seguindo-se os sons correspondentes, a leitura de palavras e a pronúncia destas como entidades globais com significado próprio.

Cada letra consoante é incluída numa lição em que estão reunidos os seus diferentes valores, as letras consoantes são ordenadas em função do seu número de valores, sendo ensinadas primeiro as que correspondem foneticamente a fricativas "certas", ou seja, aquelas que só tem uma leitura, um valor, um som. Assim, e depois de apresentar as vogais, sem as quais não há palavras, as primeiras letras consoantes " certas" que se ensinam são v, f, j, (constritivas



- fricativas) cujo valor se pode proferir e prolongar. Depois o t, d, b, p, (oclusivas), que resultam de uma obstrução total da saída do ar, não tendo por isso, valor proferível. Depois aparecem a constrictiva lateral l e a oclusiva q. Só depois aparecem as consoantes "incertas", aquelas que têm mais do que um valor, mais do que um som, conforme a sua posição na palavra, são elas: c, g, r, z, s, x, m, n. Nesta metodologia são respeitados os postulados da psicologia, partindo-se sempre do mais simples para o mais complexo.

Em resumo, este método acentua o aspeto da compreensão, salienta as funções da memória, da atenção e do processamento mental da informação durante a leitura. As palavras que a criança lê, ativam esquemas da sua memória que a auxiliam na compreensão do seu significado. Desta forma a criança consegue fazer a integração das palavras lidas em contextos do mundo real.

3.2. A Cartilha Maternal

A Cartilha Maternal foi publicada em 1877 e nesta altura, João de Deus já se tinha antecipado e advertido que "a primeira condição para ensinar por este método é o estudo da fala", desenvolvendo uma metodologia que, segundo ele próprio, se funda na língua viva, não apresenta os 6 ou 8 abecedários do costume, senão um, do tipo mais frequente, e não todo, mas por partes, indo logo combinando esses elementos conhecidos em palavras que se digam, que se ouçam, que se entendam, que se expliquem, de modo que, em vez do principiante apurar a paciência numa repetição néscia, se familiarize com as letras e os seus valores na leitura animada de palavras inteligíveis".

É falando e ouvindo, que as crianças conseguem segmentar as palavras que lhes interessam, e isto muito antes de serem capazes de as empregar em frases. Concebendo a aprendizagem da leitura na sequência da aprendizagem da linguagem oral, a análise e a síntese não são operações separadas, mas operações intrinsecamente ligadas. Mas ao contrário do que acontece com a linguagem falada, a linguagem escrita tem especificidades que só a prática, sem reflexão, não consegue dominar.

Uma das características da Cartilha é exatamente o tipo de impressão adotado nas lições. Apesar de todos os avanços tecnológicos, não conhecemos manuais escolares que proponham o que a Cartilha Maternal propôs, ao apresentar as palavras segmentadas silabicamente através do recurso ao preto/cinza. Com este recurso a estruturas gráficas artificiais, a metodologia João de Deus recusa-se a tratar as sílabas independentemente das



palavras em que estão inseridas. Para João de Deus este aspeto permite obter a decomposição das palavras sem quebrar a unidade gráfica e sonora das mesmas.



4. Caracterização da Instituição

O Jardim-Escola João de Deus nasceu no Entroncamento por iniciativa de algumas famílias que conheciam a instituição e sabiam da sua importância para o desenvolvimento da terra.

No dia **11 de janeiro de 1971** foi inaugurado o espaço de Jardim-Escola e Ensino Básico. Nesta altura, a frequência era já significativa e com o decorrer dos anos foi necessário fazer ampliações nas instalações. A primeira ampliação foi em 1998, a segunda em 2001 e a última em 2010.

O Jardim-Escola é constituído por dois edifícios cada um com três pisos.

O primeiro edifício, e mais antigo, diz respeito à parte da infantil e do 1.º ciclo. No piso térreo existem três salas de aula, uma casa de banho destinada a crianças, um escritório, uma sala de professores, uma sala de recobro, uma sala de arrumos, uma sala de espera e um espaço de recreio comum ao outro edifício.

O segundo piso é constituído por três salas de aula, três casas de banho (uma destinada a adultos e duas a crianças), uma dispensa e um corredor amplo.

No último piso encontra-se um espaço de recreio coberto.

O novo edifício é constituído por 3. Do primeiro piso fazem parte: cozinha, dispensa, 3 casas de banho (homem, mulher e mobilidade reduzida), uma cantina, um espaço de arrumos, uma casa das máquinas, uma sala de aula com casa de banho, um elevador e um espaço de arrumos sob a escada. No segundo piso uma casa de banho no corredor (adultos), uma casa de banho (crianças), 2 salas de aula e 2 salas de aula com casa de banho. No terceiro piso existem 2 balneários (homem e mulher), uma casa de banho de adultos, um ginásio e um laboratório.

4.1. Organização do espaço físico

A porta principal do Jardim-Escola dá acesso ao designado salão, que funciona como sala de espera. Nesta sala existem mais duas portas: uma com acesso ao espaço de recreio e outra com acesso a um corredor que conduz ao escritório, às casas de banho e à sala dos professores/biblioteca, que tem uma porta de saída para o recreio.



O portão é o acesso mais utilizado no Jardim-Escola, com entrada direta para o recreio, que dá passagem para a sala do bibe azul (5 anos), para a sala do bibe castanho (1.º ano), para a sala do bibe encarnado (4 anos) e para o pátio com entrada para a cozinha e escadas de acesso aos segundos pisos do novo e velho edifícios.

A subida ao segundo piso do antigo edifício pode ser feita por duas escadas: uma ascendente à sala do bibe verde (2.º ano) e outra (que é mais utilizada) para a entrada geral do piso. Quando subimos por estas, a sala do 4.º ano fica à direita e existe um corredor. Passando nesse corredor, encontramos a casa de banho dos meninos à esquerda e mais à frente um corredor mais amplo com quatro portas, respetivamente para a sala do 3.º ano, a sala do 2.º ano, a casa de banho das meninas e a casa de banho dos adultos. Existe ainda outra porta que dá acesso a umas escadas que nos levam ao terceiro piso, onde se encontra o recreio coberto.

A porta principal, o conhecido portão verde, dá ainda acesso direto para o novo edifício. Passando pelas portas de vidro, encontramos um amplo corredor com duas portas, uma à esquerda que corresponde a um espaço de arrumos; outra mais ao fundo, à direita que nos leva para outro corredor. Entrando por esta porta visualizamos 7 portas, todas identificadas: uma cantina com porta de acesso à cozinha, uma sala de arrumos, uma cozinha, uma sala (bibe verde alface – 2 anos) e três casas de banho de adultos. Seguindo pelo corredor encontramos ainda a sala das máquinas, a casa de banho do pessoal auxiliar e a porta para o recreio. Dentro da cozinha existe uma dispensa e uma porta para o recreio exterior. No recreio encontra-se uma tabela de basquetebol e um escoreira com múltiplas atividades.

A subida para o segundo piso deste novo edifício pode ser feita por duas escadas, uma exterior que dá para um corredor direto às salas e outra pelo interior do edifício. Quando subimos por esta escada interior vamos dar à entrada geral do 2.º piso onde encontramos à direita uma casa de banho e uma porta que nos leva ao corredor de acesso às salas de aula. À direita encontramos uma casa de banho (crianças); a sala do bibe azul turquesa (1 ano) constituída por sala e uma pequena casa de banho; a sala do berçário constituída por sala, sala de dormir e casa de banho. À esquerda encontramos a sala do bibe amarelo (3 anos) e outra sala da turma heterogénea.

Ainda existe um terceiro piso que podemos aceder através das escadas ou de um elevador existente neste edifício que ascende aos três pisos. Neste terceiro piso, existem dois balneários de homem e mulher, uma casa de banho, um ginásio e um laboratório.



4.2. Recursos Humanos

Creche	Bibe Laranja – Bebés (desde os 4 meses)	2 auxiliares de ação educativa
	Bibe Azul Turquesa – 1 ano	1 educadora de infância + 1 auxiliar de ação educativa
	Sala Heterogénea – 1 ano + 2 anos	1 educadora de infância + 1 auxiliar de ação educativa
	Bibe Verde Alface – 2 anos	1 educadora de infância + 1 auxiliar de ação educativa
Pré-Escolar	Bibe Amarelo – 3 anos	1 educadora de infância
	Bibe Encarnado – 4 anos	1 educadora de infância
	Bibe Azul – 5 anos	1 educadora de infância
1º Ciclo	Bibe Castanho – 1º Ano	1 professora de 1º ciclo
	Bibe Verde – 2º Ano	1 professora de 1º ciclo
	Bibe Azul Claro – 3º Ano	1 professora de 1º ciclo
	Bibe Azul Escuro – 4º Ano	1 professora de 1º ciclo

Pessoal não docente	Nº
Animadora Cultural	1
Administrativa	1
Auxiliar de Ação Educativa	5
Cozinheira	1
Ajudante de cozinha	1
Auxiliar de serviços gerais	3



4.3. Horário de atendimento aos Encarregados de Educação

Creche	Consoante marcação com Educadora ou responsável da sala
Pré-Escolar	Bibe Amarelo - quinta-feira – 10h15 – 11h Bibe Encarnado - quinta-feira – 9h30 – 10h15 Bibe Azul - quinta-feira – 11h – 11h45
1º Ano	Quarta-feira 14:30h – 15:30h
2º Ano	Quinta-feira 14h30 – 15h30
3º Ano	Sexta-feira 14h30 – 15h30
4º Ano	Segunda-feira 14h30 – 15h30

4.4. Horário do Jardim-Escola

Horários	Creche	Pré-escolar	1º Ciclo
Abertura	7h30	7h30	7h30
Encerramento	19h00	19h00	19h00

Componente Letiva: A componente letiva varia consoante a resposta social/valência num total de 5 horas diárias num período das 9h00 às 17h00.

Componente de apoio à família: A componente de apoio à família realiza-se no restante horário desde a abertura ao fecho da Instituição.



5. Tema global do projeto educativo

Tema: “Os amigos do planeta”

O tema é escolhido pela equipa pedagógica e surge para dar resposta a uma preocupação sentida pelo mundo em geral. O ano letivo é planeado em torno deste tema, sendo desenvolvido um esforço para o integrar com os restantes projetos pedagógicos/curriculares de grupo.

Este tema é tratado de forma transversal a todas as áreas de desenvolvimento e a todos os grupos, possibilitando a cada sala adaptar e desenvolver os conteúdos de acordo com a idade, interesses e necessidades do grupo.

Todos fazemos parte do meio ambiente, e por isso, temos responsabilidades para com ele. Não podemos apenas esperar as ações dos outros, é preciso agir, participar e envolvermo-nos nesta causa. Neste sentido, é importante que desde a infância se trabalhe e desenvolva a consciência ambiental e a educação para os valores.

O aquecimento global, as secas e inundações, a poluição e o lixo que não é reciclado são alguns dos problemas com que nos deparamos diariamente e por isso cabe também à escola promover nas crianças atitudes que tenham impacto no meio ambiente. Cada ato, por mais pequeno que seja, pode influenciar positiva ou negativamente o nosso Planeta.

O seu planeamento inclui ainda a calendarização de ações comuns a todas as salas (por exemplo, dias ou semanas temáticas) e o envolvimento de toda a comunidade educativa (por exemplo, através de formações, atividades) com o intuito de fomentar valores e atitudes a ter em conta, perante a necessidade de preservação da natureza (ex. poupar água, reutilizar material, reciclagem...). Este tema será ainda inserido no Projeto Eco Escolas, bem como outros projetos em que o Jardim-Escola possa participar.

Este tema, “Os amigos do Planeta”, será de trabalho comum e transversal a todas as salas promovendo e valorizando a educação para os valores, a resolução de problemas o bem-estar pessoal e social.



Pretende-se com este tema promover atividades lúdicas e pedagógicas que permitam despertar as capacidades que existem em cada criança, para cultivar uma mente sã e feliz.

O Projeto Educativo serve de base para a construção dos seguintes instrumentos:

- Plano Anual de Atividades (ver em anexo): Documento de planeamento que define as atividades a desenvolver ao longo do ano letivo, a sua organização e recursos, de

forma a concretizar os princípios presentes no Projeto Educativo.

- Projeto de sala: Documento elaborado pela educadora da sala, com base no projeto educativo da instituição e de acordo com o perfil do grupo.

O projeto educativo assume assim um especial significado já que a sua elaboração consiste numa tarefa pensada e executada em equipa tendo em conta princípios de responsabilização dos diversos parceiros educativos, a adequação às características e recursos da escola e ainda às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.



6. Plano Anual de Atividades

Anualmente é elaborado um plano de atividades para criar, mais uma vez, condições de futuras aprendizagens com sucesso, e proporcionar às crianças um contato com a cultura e os instrumentos que lhes vão ser úteis para continuar a aprender ao longo da vida.

Temos como prioridade familiarizar a criança com um contexto culturalmente rico e estimulante que desperte a curiosidade e desejo de aprender, proporcionando á criança um conjunto de experiências com sentido e ligação entre si que dá a coerência e consistência ao desenrolar do processo educativo.

Fazemos com que a **intencionalidade do Educador de Infância e Professor** seja o suporte desse processo. Esta intencionalidade exige que o Educador/Professor reflita sobre a sua ação e a forma como adequa às necessidades das crianças e, ainda, sobre os valores e intenções que lhe estão subjacentes.

Considerando a educação como um processo que deve partir do que as crianças já sabem, não procuramos definir o que devem aprender, mas sim levamos o Educador/Professor a organizar o processo educativo de modo a que este responda ás características das crianças estimulando a sua evolução.

Torna-se assim importante a progressão e diferenciação das situações de aprendizagem, ou seja, permitir que as crianças progridam, a partir do nível em que se encontram, para que não fiquem três anos a realizar atividades com um mesmo nível de dificuldade e exigência.

A **valorização do trabalho com os pais** também se torna importante na medida em que o contacto com o meio familiar da criança possibilite compreendê-la e acolhê-la de forma individualizada, mas é também importante para os pais cujas preocupações são aceites de um modo compreensivo, permitindo criar uma maior confiança no contexto escolar, esta relação será a base de uma comunicação e colaboração contínua.



7. Parcerias e recursos da comunidade

7.1. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

De acordo com o Artigo 12º do Decreto-Lei 54/2018, a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), de composição diversificada, constitui um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem, tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo.

O diretor da escola designa os elementos permanentes da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva e, ouvidos estes, o respetivo coordenador. Compete ainda ao diretor indicar qual o local de funcionamento da equipa.

À equipa multidisciplinar cabe um conjunto de atribuições e competências de apoio à operacionalização da educação inclusiva: por um lado, propor o apoio à sua implementação e respetivo acompanhamento e monitorização da eficácia das medidas de suporte à aprendizagem; por outro lado, cabe-lhe o aconselhamento dos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o acompanhamento do centro de apoio à aprendizagem e a sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva, através de ações diversas.

Ao coordenador da equipa multidisciplinar, além de identificar os elementos variáveis da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, cabe-lhe a coordenação do processo, garantindo a participação e acompanhamento pelos pais das medidas previstas no relatório técnico-pedagógico.

No quadro das suas competências a equipa multidisciplinar pode ainda ter um papel de aconselhamento aos docentes, propondo ações de sensibilização para a educação inclusiva, partilhando saberes em articulação com a comunidade educativa.

7.1.1. Processo de identificação das necessidades (EMAEI)

O processo de identificação da necessidade de medidas ocorre através do encaminhamento para a EMAEI, obedecendo a critérios previamente definidos:



- Apresentação de formulário de identificação, por iniciativa dos pais ou EE, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com o(a) aluno(a).
- O formulário de identificação deverá ser devidamente preenchido, explicitando de forma fundamentada as barreiras existentes e as razões que levam à necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, acompanhadas de toda a documentação considerada relevante.
- O encarregado de educação deverá autorizar a avaliação e a intervenção.

7.2. Centro de Apoio e Intervenção no Desenvolvimento Infantil (CAIDI)

Esta equipa é composta por profissionais habilitados em diferentes áreas de intervenção na saúde, desenvolvimento e reabilitação. A sua atuação incide especialmente em contexto escolar com população infantil/jovem, prestando serviços de avaliação e acompanhamento terapêutico, numa perspetiva multidisciplinar, com o objetivo de contribuir para o pleno desenvolvimento do utente. Para além da intervenção direta com os utentes, proporciona formação à comunidade envolvente (pais, professores e educadores, auxiliares de ação educativa, ...) de acordo com as necessidades.

7.2.1. Processo de identificação das necessidades (CAIDI)

A referenciação das crianças é efetuada por parte do educador/professor, com a autorização dos encarregados de educação para posterior avaliação formal em Terapia da Fala e/ou Psicologia. O resultado desta avaliação será discutido com os pais e educadores/professores e, caso se justifique, entregue por escrito.



8. Conclusão

A criança desempenha um papel muito ativo na construção do seu desenvolvimento e aprendizagem, desta forma encara-a como um sujeito e não como objeto do processo educativo.

É assim que a importância da educação escolar deve partir do que as crianças sabem, da sua cultura e saberes próprios. Respeitando e valorizando as suas características individuais e diferenças.

Desta forma se respeita a diferença incluindo as crianças que se afastam dos “padrões normais” e a nossa instituição tem o objetivo de dar resposta a todas e a cada uma das crianças. É com esta perspetiva de “Escola Inclusiva” que tentamos adotar a prática de uma pedagogia diferenciada e centrada na cooperação de forma a incluir todas as crianças, aceitando as suas diferenças, apoiando a aprendizagem, respondendo às suas necessidades.

A educação tem como principal função desenvolver a criança na sua integridade, permitindo que ela venha a aprender por si própria, articulando os conteúdos culturais com os processos de desenvolvimento individuais.

Queremos também proporcionar a igualdade de oportunidades e promover atitudes de autoestima, respeito mútuo e regras de convivência contribuindo assim para a educação destas crianças como seres tolerantes, autónomos, organizados e civicamente responsáveis.

Com o objetivo de que a nossa escola seja uma “Escola Inclusiva” o nosso projeto é realizado tendo em conta os grupos de crianças, atendendo às suas diferenças de acordo com as características individuais de cada uma de maneira a oferecer condições estimulantes para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Em suma, as crianças realizam-se por e pela ação, e, a sua expressão é a sede de agir. Como tal privilegiamos os aspetos emotivos e afetivos da aprendizagem de forma a valorizar a relação interpessoal, a interação com os outros, com o mundo e com os objetos.



9. Anexos